

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

A Natureza e o Conceito do Direito 3



Atena
Editora
Ano 2020

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

A Natureza e o Conceito do Direito 3



Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Tais Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Karine de Lima Wisniewski
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

N28 A natureza e o conceito do direito 3 [recurso eletrônico] /
 5 Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos.
 – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.
 Modo de acesso: World Wide Web.
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-5706-360-6
 DOI 10.22533/at.ed.6060201109

1. Direito – Filosofia. 2. Direito do trabalho.
 I.Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de.

CDD 340

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A NATUREZA E O CONCEITO DO DIREITO – VOL. III, coletânea de vinte e sete capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, discute temáticas que circundam a grande área do Direito e dos diálogos possíveis de serem realizados com as demais áreas do saber e com situações sociais que exercem no sistema jurídico a necessidade de mudar, atualizar e assim se mostrar atualizado frente as demandas da comunidade.

Em cinco divisões estão debates que circundam direitos humanos, princípios constitucionais, direitos da personalidade e meios para resolução de conflitos; direito e os hipossuficientes; universo criminal, violências e o sujeito feminino; meio ambiente, direito e a realidade agro; e direito e educação.

De início, direitos humanos, princípios constitucionais, direitos da personalidade e meios para resolução de conflitos nos traz análises interessantes como decisão da corte interamericana sobre realidade nacional, constitucionalismo brasileiro alicerçado em lições de fraternidade e solidariedade, discussões sobre a principiologia constitucional, resguardo da imagem mesmo de pessoas reconhecidas socialmente, bem como restauro da ordem social por meio de mecanismos de resolução de conflitos e mediação, práticas de um novo direito para uma nova sociedade que urge em busca de decisões rápidas e eficientes.

No direito e os hipossuficientes são verificadas contribuições que versam sobre direito migratório, regulação jurídica do trabalho migrante, direito a afetividade do menor, seja criança ou adolescente, PJe e o acesso, ou falta dele, para a pessoa idosa, além do ex-apanado e mercado de trabalho.

Em universo criminal, violências e o sujeito feminino são encontradas questões como política criminal da transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, superlotação carcerária e ineficácia das alternativas até então apresentadas, discurso midiático, violência e feminicídio, opressão vivenciada pela mulher, perfil dos assassinatos e feminicídios no Ceará, bem como a justiça restaurativa como instrumento de resgate para mulheres que sofrem violência.

No debate meio ambiente, direito e a realidade agro é contemplada reflexão sobre direitos ambientais, responsabilização ambiental, agrobiodiversidade e preservação de sementes, como também o contrato de integração vertical agroindustrial.

Por fim, direito e educação aborda direito à educação, ensino jurídico, perspectiva waratiana, direito vivo e educação como elemento basilar para uma cultura de paz.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A SENTENÇA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS NO CASO TRABALHADORES FAZENDA BRASIL VERDE VS. BRASIL	
Kelly Cristina de Oliveira Melo	
DOI 10.22533/at.ed.60602011091	
CAPÍTULO 2	15
FRATERNIDADE E SOLIDARIEDADE: UMA CONTRIBUIÇÃO DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA AO HUMANISMO	
Ildete Regina Vale da Silva	
Paulo de Tarso Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.60602011092	
CAPÍTULO 3	30
A ESTABILIZAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA ANTECIPADA, REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE, FRENTE AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	
Tamires Cristina Jacinto de Lima	
Luiz Gustavo Simões Valença de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.60602011093	
CAPÍTULO 4	48
PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA ALGORÍTMICA E DEVIDO PROCESSO LEGAL: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO PARA GARANTIA DO DIREITO À EXPLICAÇÃO	
Lara Oliveira Souza	
DOI 10.22533/at.ed.60602011094	
CAPÍTULO 5	58
TUTELA JURÍDICA DO DIREITO À IMAGEM DAS “PESSOAS PÚBLICAS”	
Patricia Simm	
DOI 10.22533/at.ed.60602011095	
CAPÍTULO 6	73
A JUSTIÇA RESTAURATIVA E UTILIZAÇÃO DE MEIOS AUTOCOMPOSITIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS COMO CONDIÇÃO DE POSSIBILIDADE PARA A RESTAURAÇÃO DA HARMONIA SOCIAL	
Taís Eduarda Rostirolla	
Tatiana Martins do Amaral	
Daniele Weber S. Leal	
Jones Mariel Kehl	
DOI 10.22533/at.ed.60602011096	
CAPÍTULO 7	88
UM ESTUDO ACERCA DO INSTITUTO DA MEDIAÇÃO E DA SUA APLICABILIDADE NA COMARCA DE TAQUARA/RS NO ANO DE 2018	
Éder Machado de Oliveira	
Tatiana Martins do Amaral	

Daniele Weber S. Leal

Jones Mariel Kehl

DOI 10.22533/at.ed.60602011097

CAPÍTULO 8..... 102

DIREITO MIGRATÓRIO: UMA ANÁLISE DAS SITUAÇÕES DOS HAITIANOS EM CURITIBA

Gianluca Nicochelli

Filipe Martins Macedo

DOI 10.22533/at.ed.60602011098

CAPÍTULO 9..... 116

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A (DES) REGULAÇÃO JURÍDICA DO TRABALHO MIGRANTE

Thais Helena Alves Rossa

DOI 10.22533/at.ed.60602011099

CAPÍTULO 10..... 127

DIREITO A AFETIVIDADE COMO REGULADOR DA PERSONALIDADE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E INFLUENCIADOR SOCIAL

Melyssa Mendonça Araújo

Renan Nogueira de Oliveira

Sávio de Oliveira Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.606020110910

CAPÍTULO 11..... 135

PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO E O (DES)ACESSO À JUSTIÇA DO IDOSO NO BRASIL

Keite Crisóstomo Bezerra

Carolina Yukari Veludo Watanabe

DOI 10.22533/at.ed.606020110911

CAPÍTULO 12..... 146

AS DIFICULDADES VIVENCIADAS PELOS EX-APENADOS NA INSERÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO

Ana Luiza Gomes de Abreu

Cristiana Russo Lima da Silva

Diêgo Lima Maciel

DOI 10.22533/at.ed.606020110912

CAPÍTULO 13..... 156

REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA CRIMINAL DA TRANSMISSÃO DO HIV/Aids COM BASE NO DIREITO SISTÊMICO

Monica Paraguassu Correia da Silva

DOI 10.22533/at.ed.606020110913

CAPÍTULO 14.....	168
A INEFICÁCIA DAS ALTERNATIVAS PENAIS COMO FORMA DE COMBATE À SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA	
Matheus de Quadros	
DOI 10.22533/at.ed.606020110914	
CAPÍTULO 15.....	178
MÍDIA E CONSTRUÇÃO DA REALIDADE: O DISCURSO DA INSEGURANÇA E DO MEDO E SUAS CONSEQUENTES VIOLAÇÕES CONSTITUCIONAIS NAS NOTÍCIAS VEICULADAS POR PROGRAMAS POLICIAIS	
Gabriela Moreira d'Assumpção Torres	
DOI 10.22533/at.ed.606020110915	
CAPÍTULO 16.....	193
A INFLUÊNCIA DA MÍDIA TELEVISIVA E DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS NA PERSISTÊNCIA DO FEMINICÍDIO	
Carolina de Araújo Oliveira da Silva	
Pedro Amaral de Lima Spindola	
DOI 10.22533/at.ed.606020110916	
CAPÍTULO 17.....	202
A OPRESSÃO E A DISCRIMINAÇÃO DO GÊNERO FEMININO	
Filipe Galatti Marchiori	
Priscila Silveira Duarte Pasqual	
DOI 10.22533/at.ed.606020110917	
CAPÍTULO 18.....	215
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ANÁLISE DO PERFIL DE ASSASSINATOS E FEMINICÍDIO NO ESTADO DO CEARÁ	
Laríssia Cândido Cardoso	
Teófilo Silva Primo Correia	
Delmair Oliveira Magalhães Luna Filha	
Pedro Yan Alexandre Barbosa Kennedy	
Grayce Alencar Albuquerque	
DOI 10.22533/at.ed.606020110918	
CAPÍTULO 19.....	224
JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO MEIO DE EMPODERAMENTO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	
Bruna de Carvalho Fagundes de Lima	
Juliana de Sousa Barbosa	
Jones Mariel Kehl	
Tatiana Martins do Amaral	
Daniele Weber da Silva Leal	
DOI 10.22533/at.ed.606020110919	

CAPÍTULO 20	237
UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE OS DIREITOS AMBIENTAIS E DIFUSOS E O AMBIENTE QUE VIVEMOS	
Armando Luciano Carvalho Agostini	
DOI 10.22533/at.ed.606020110920	
CAPÍTULO 21	254
A TRÍPLICE RESPONSABILIZAÇÃO AMBIENTAL NO DIREITO BRASILEIRO: ADMINISTRATIVA, CIVIL E PENAL	
Aprígio Teles Mascarenhas Neto	
Francisco Sávio Ponte	
Mario Antônio Macedo de Sousa	
Maria Celina Lemos Macedo	
DOI 10.22533/at.ed.606020110921	
CAPÍTULO 22	268
AGROBIODIVERSIDADE E PRESERVAÇÃO DAS SEMENTES: A IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE EM REDE NA EFETIVAÇÃO DESSE DIREITO	
Francieli lung Izolani	
Jerônimo Siqueira Tybusch	
DOI 10.22533/at.ed.606020110922	
CAPÍTULO 23	282
O CONTRATO DE INTEGRAÇÃO VERTICAL AGROINDUSTRIAL NA LEI 13.288/16 E A INCOMPLETUDE CONTRATUAL NO SETOR DO AGRONEGÓCIO: ANÁLISE DO MERCADO AGROEXPORTADOR DE CARNES	
David Kenji Itonaga	
DOI 10.22533/at.ed.606020110923	
CAPÍTULO 24	302
DO DIREITO DA EDUCAÇÃO AO DIREITO À EDUCAÇÃO	
Edilamar Rodrigues de Jesus e Faria	
Luiza Rodrigues Costa	
DOI 10.22533/at.ed.606020110924	
CAPÍTULO 25	312
O ENSINO JURÍDICO EM UMA PERSPECTIVA WARATIANA	
Aleteia Hummes Thaines	
Marcelino da Silva Meleu	
DOI 10.22533/at.ed.606020110925	
CAPÍTULO 26	325
O DIREITO VIVO DE EUGEN EHRLICH E AS SUAS MANIFESTAÇÕES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	
Adriano Delfino Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.606020110926	

CAPÍTULO 27.....	339
EDUCAÇÃO PARA UMA CULTURA DE PAZ E A INTERDISCIPLINARIDADE NA NEG-MED-ARB	
Edilamar Rodrigues de Jesus e Faria	
Luiza Rodrigues Costa	
Fernanda Rodrigues Costa	
DOI 10.22533/at.ed.606020110927	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	352
ÍNDICE REMISSIVO.....	353

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ANÁLISE DO PERFIL DE ASSASSINATOS E FEMINICÍDIO NO ESTADO DO CEARÁ

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 04/06/2020

Laríssia Cândido Cardoso

Universidade Regional do Cariri
Crato- CE

<http://lattes.cnpq.br/4583741984625136>

Teófilo Silva Primo Correia

Universidade Regional do Cariri
Crato- CE

<http://lattes.cnpq.br/9489169398745934>

Delmair Oliveira Magalhães Luna Filha

Universidade Regional do Cariri
Crato- CE

<http://lattes.cnpq.br/9135348794328718>

Pedro Yan Alexandre Barbosa Kennedy

Universidade Regional do Cariri
Crato- CE

<http://lattes.cnpq.br/3381532509042517>

Grayce Alencar Albuquerque

Universidade Regional do Cariri
Crato- CE

<http://lattes.cnpq.br/7641791864825372>

Defesa Social do Ceará, referente aos crimes violentos letais intencionais contra mulheres ocorridos durante o ano de 2018. Os dados foram coletados por meio de um *checklist*, tabulados em frequências absolutas e relativas e posteriormente analisados com base na literatura pertinente. Logo, em relação a faixa etária das vítimas, a maioria encontrava-se na fase jovem (18-29 anos) com 41% (n=167 casos), e em seguida, 38% (n=154 casos) na fase adulta (30-59 anos). Dentre os meses mais violentos, tem-se o primeiro trimestre com 30% (n=120 casos), seguido pelo quarto trimestre com 27% (n=112), posteriormente terceiro trimestre com o 25% (n=98), por fim o segundo trimestre com 18% (n=75). Os municípios que mais detêm registros de óbitos femininos são Fortaleza, seguida por Caucaia, Maracanaú, Sobral e Maranguape. Os indicadores apontam que as vítimas são atingidas em fases importantes de suas vidas, como as fases reprodutivas e produtivas. Os municípios de maior contingente populacional registram os maiores volumes de óbitos. Diante disso, infere-se que a identificação de tal perfil deve ser utilizada como base norteadora para monitoramento dos assassinatos e feminicídio, fornecendo dados que demonstram carência da atuação estatal com políticas públicas com teor punitivo, preventivo e educacional nas localidades mais vulneráveis a tal violência.

PALAVRAS-CHAVE: Violência. Mulher. Perfil. Feminicídio. Ceará.

RESUMO: A violência contra a mulher é algo que se perpetua pelo tempo e se mantém presente de modo corriqueiro. Diante disso, o presente estudo objetivou identificar o perfil dos assassinatos de mulheres e feminicídio no estado do Ceará, Brasil. Trata-se de um estudo quantitativo e bibliográfico, no qual foram analisados um total de 405 casos por meio dos indicadores criminais divulgados pela Secretaria de Segurança Pública e

VIOLENCE AGAINST WOMEN: ANALYSIS OF THE PROFILE OF MURDERS AND FEMINICIDE IN THE STATE OF CEARÁ

ABSTRACT: The violence against women is something that is perpetuated by time and remains present in a common way. Therefore, the present study aimed to identify the profile of murders of women and feminicide in the state of Ceará, Brazil. This is a quantitative and bibliographic study, in which a total of 405 cases were analyzed, through criminal indicators released by the public secretariat and social defense of Ceará, referring to intentional lethal violent crimes against women that occurred during 2018. The data were collected through a checklist, tabulated at absolute and relative frequencies, and later analyzed based on the relevant literature. Therefore, about the age group of the victims, the majority were in the young phase (18-29 years) with 41%(n=167), then 38%(n=154) in adulthood (30-59 years). Among the most violent months, there was the first trimester with 30%(n=120), followed by the fourth trimester with 27% (n=112), then the third trimester with 25%(n=98), finally the second trimester with 18%(n=75). The municipalities that have the most records of female deaths, the highlight oversees Fortaleza, followed by Caucaia, Maracanaú, Sobral, and Maranguape. The indicators indicate that victims are affected in important phases of their lives, such as reproductive and productive phases. The municipalities with the largest population have the highest volumes of deaths. Therefore, it is inferred that the identification of such a profile should be used as a guiding basis for monitoring of murders and feminicide, providing data that demonstrate a lack of state action with public policies with punitive, preventive, and educational content in the localities most vulnerable to such violence.

KEYWORDS: Violence. Women. Profile. Feminicide. Ceará.

1 | INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher não é algo novo, se perpetua pelo tempo, de tal modo que é extremamente contemporâneo e se faz presente no seio social de forma cotidiana. Nesse seguimento, nos mais antigos relatos de sociedades já existentes, é perceptível a supremacia masculina em face da inferiorização feminina.

As diferenças que acarretam a violência de gênero têm sua concepção no arcabouço da história da humanidade, em que os homens detinham o poder sobre a vida e a morte dos membros de sua família, e a autoridade das mulheres era comparada à das crianças (BOURDIEU, 2002). Passeando pela Idade Média, Moderna e Contemporânea, não se concretizou qualquer esclarecimento para o fim do monopólio masculino sobre a mulher, a qual continuava a ser responsabilizada pelas grandes tragédias da história e, devido a isso, tinha a obrigação moral de permanecer obediente e submissa aos desejos daqueles que detinham, inclusive, a sua posse (BERTOLIN, 2010).

Desse modo, concretizou-se a formação ideológica da superioridade do homem em detrimento da mulher, e conseqüentemente, a subordinação feminina foi enraizada no seio social e o patriarcado firmou-se como sistema de controle e regimento sócio-familiar. Assim, a mulher ao assumir esse papel coadjuvante, tornou-se susceptível a inúmeras formas de violência.

Logo, isso está diretamente associado a desigualdade de gênero na seara social. De tal forma que, a inferiorização feminina vai além das paredes do lar e do convívio familiar, fazendo-se presente em todas as relações sociais. Nesse contexto, a disparidade salarial e a segregação ocupacional são fenômenos característicos das relações de gênero na história da sociedade brasileira e do mundo. Por disparidade salarial, compreende-se a diferença entre a remuneração do trabalho feminino e a remuneração do trabalho masculino. Por segregação ocupacional, entende-se a divisão do mundo do trabalho em ocupações “femininas”, de pouco prestígio e baixa remuneração, e ocupações “masculinas”, reconhecidas socialmente e com melhor remuneração (MINCANTO; DORNELLES; SOARES, 2013).

Outrossim, diversos tipos de violência são praticadas contra tal público, desde agressão psicológica, moral, patrimonial, sexual até as vias de fato, com uso da força bruta, e nos casos mais graves, acarretando na morte da vítima. Assim, caracterizando o crime de feminicídio, que fora estabelecido na legislação brasileira a partir de março de 2015, por meio da Lei 13.104/2015 que alterou o Código Penal Brasileiro e incluiu o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio de mulheres, sendo entendida quando a morte de uma mulher em decorrente de violência doméstica e familiar ou quando instigada por menosprezo ou discriminação à condição de mulher (BRASIL, 2015).

A implantação da legislação supracitada fez-se necessária devido ao alto número de assassinatos de mulheres em virtude do gênero. De acordo com o Mapa da Violência 2012, nos 30 anos decorridos entre 1980 e 2010 foram assassinadas no país acima de 92 mil mulheres, 43,7 mil só na última década. O número de mortes nesse período passou de 1.353 para 4.465, que representa um aumento de 230%, mais que triplicando o quantitativo de mulheres vítimas de assassinato no país (WAILSEFZ, 2012).

Logo, é notório a necessidade e a efetividade da legislação em questão, ao passo que passa a reger de forma mais severa o homicídio de mulheres, resultando em uma considerável diminuição de casos, entretanto, os dados posteriores a lei ainda são preocupantes e demonstram a alta vulnerabilidade sofrida pela mulher.

Assim, conhecer as peculiaridades de tal delito é indispensável para traçar características e proporcionar uma possível intervenção. Nesse seguimento, o Observatório da Violência e Direitos Humanos da Região do Cariri da Universidade Regional do Cariri (URCA) realiza um monitoramento de dados que abarcam questões de violência contra a mulher em três municípios do interior cearense. Logo, o presente artigo buscou realizar uma análise dos Indicadores Criminais da Secretaria de Segurança Pública do Ceará que versam sobre dados de assassinatos de mulheres, dentre eles o feminicídio, proporcionando a caracterização destes no Estado de Ceará.

2 | METÓDO

Trata-se de um estudo quantitativo e bibliográfico, no qual foram analisados um total de 405 casos, por meio dos indicadores criminais divulgados oficialmente pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, referentes aos crimes violentos letais intencionais ocorridos no curso do ano de 2018.

Diante disso, os dados foram coletados por meio de um *checklist* previamente adotado nas coletas de dados do monitoramento realizado pelo Observatório da Violência na URCA, que engloba informações acerca da faixa etária da vítima, local e mês de ocorrência, como também a natureza do fato delituoso. Foram realizadas análises estatísticas descritivas e de frequência simples para as variáveis de interesse, sendo os resultados obtidos analisados à luz da literatura pertinente.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A violência doméstica se pendura por séculos no cotidiano social e se faz presente de diferentes formas. Mediante isso, a Lei 11.340/2006 tipifica casos de violência doméstica, assim, o rol do artigo 7º da referida lei faz menção a violência física que é entendida como qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal, a violência psicológica caracterizada como qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que prejudique e perturbe. Ademais, a violência sexual, que consiste em qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus bens, por fim, a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL,2015).

Tais tipologias se manifestam no ciclo de violência, que é constituído de três fases: 1) a construção da tensão no relacionamento, caracterizada pelos xingamentos, injúrias, ameaças, insultos, humilhação, provocações mútuas; 2) a explosão da violência, descontrole e destruição, em que o agressor passa a agredir fisicamente a vítima e 3) a lua-de-mel, em que ocorre o arrependimento do(a) agressor(a), que ao se arrepender do que fez, diz que ama a vítima, pede desculpa, diz que não vai mais agredi-la com promessas, ocorrendo assim, uma idealização do parceiro e a negação da vivência de violência (SOARES, 2005).

Devido a estas condições, a violência se pendura por meio de tal ciclo, tornando-se extremamente difícil de ser rompido. Outrossim, grande parte dos casos não chegam a fase da lua-de-mel, ao passo que, encontrando-se na explosão da violência, tomam uma proporção gigantesca e resultam no ápice da agressão, caracterizando o crime de feminicídio.

No Brasil, no período 2011-2013, estima-se que ocorreram 17.581 óbitos de mulheres por agressões, o que corresponde a uma taxa corrigida de mortalidade anual de 5,87 óbitos por 100 mil mulheres. No triênio ocorreram, em média, 5.860 mortes de mulheres por causas violentas a cada ano, 488 a cada mês, 16,06 a cada dia, ou uma a cada uma hora e trinta minutos. O estudo confirmou que a mortalidade de mulheres por agressões é elevada no Brasil e atinge mulheres de todas as faixas etárias, etnias e níveis de escolaridade (IPEA, 2016).

Com base nisso, se faz necessário a analisar e registrar os assassinatos de mulheres de forma mais específica, uma vez que não consiste em um simples homicídio, trata-se também de questões ideológicas de disparidade de gênero.

Logo, a primeira vez que o termo “*Femicide*” foi usado em público, foi no ano de 1976 em Bruxelas, Bélgica, por Diana Russell, no Tribunal Internacional Sobre Crimes Contra as Mulheres, a qual conceituou tal termo como o assassinato de mulheres por homens motivados pelo ódio, desprezo, prazer ou sentimento de propriedade (PASINATO, 2013). Entretanto, no Brasil, tal terminologia só teve aplicabilidade técnico-jurídica a partir de 2015, com implantação da Lei 13.104, a qual, proporcionou a inclusão do feminicídio no rol de crimes hediondos.

Com base nisso, é necessário mapear quantitativamente os casos de assassinatos de mulheres ocorridos no Estado de Ceará e identificar quais são feminicídios.

Nesse seguimento, o primeiro ponto analisado a partir dos dados obtidos, é que, dos 405 assassinatos de mulheres, no que tange a natureza do fato jurídico engloba um total de 23 casos (6%) registrados como feminicídio. Logo, enquadrando-se penalmente no que rege a tipificadora implantada pela Lei supracitada, cujo enquadra o homicídio de mulheres em decorrência da desigualdade de gênero. Em face de tal dado, é notório que quantitativamente o feminicídio é inferior comparado aos casos de homicídios simples, no entanto, isso se dá possivelmente pela subnotificação de tal qualificadora, visto que a subnotificação já é pertinente nos casos de violência doméstica. Ademais, alguns casos investigativos ainda encontram-se em curso, logo, não se tem uma conclusão da tipologia criminal.

Nesse sentido, a qualidade dos dados é essencial, ao passo que estatísticas revelam a significativa subnotificação da violência contra a mulher e dos óbitos dessa população. De acordo com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, em 2014, houve 467.646 casos de violência registrados no Brasil, com estimativa de subnotificação de registros de 35% (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012). Logo, torna-se perceptível a pouca efetividade no sistema de notificação e revela falhas nas estratégias sensibilizadoras voltadas para denúncia dos casos.

Além disso, outro ponto analisado na pesquisa é referente a faixa etária das vítimas assassinadas de um modo geral. Registram-se que a maioria das mulheres encontrava-se na fase mulheres na fase jovem, entre os 18 à 29 anos, referentes a 41% (n=167 casos).

Em seguida, tem-se as adulta, entre os 30 até 59 anos, correspondendo ao percentual de 38% (n=154 casos). Além disso, soma-se um quantitativo não muito expressivo de mulheres com mais de 60 anos com 14% (n=56), como também vítimas menores de idade, com 5% (n=20). Outrossim, 2% (n=8) referem-se a casos com a idade ignorada.

Diante disso, tem-se o maior número de óbitos de mulheres na idade biologicamente reprodutora e economicamente produtiva, o que enseja no impacto considerável na economia. Assim, ao deparar-se com a interrupção forçada da vida feminina tem-se afetação de diversos fatores que circundam aquela determinada vítima, dentre eles a atividade laboral a qual é sessada e causa desfalque na economia de modo proporcional em casa caso concreto.

Ademais, por estarem na idade reprodutiva implica diretamente na diminuição da taxa de natalidade, visto que tais vítimas não gerarão filhos. Além disso, acarretam nos impactos familiares, muitas mulheres na idade adulta já possui família, dentre os quais possivelmente encontram-se menores dependentes da mesma, assim, com o homicídio feminino resulta um grande desfalque sociofamiliar que comprometem o modo de vida dos demais entes.

Ademais, outra seara discutida refere-se aos meses de ocorrência dos crimes. No topo do ranking dos meses mais violentos, tem-se o primeiro trimestre, englobando os meses de janeiro, fevereiro e março, com um montante de 30% (n=120 casos). Em seguida, o último trimestre anual, cujo engloba os meses de outubro, novembro e dezembro, logo, correspondendo a 27% (n=112). Posteriormente, terceiro trimestre, abrangendo os meses de julho, agosto e setembro com 25% (n=98) e por fim, o segundo trimestre, referente aos meses de abril, maio e junho com 18% (n=75).

Por fim, fora examinado as localidades de ocorrência das mortes violentas, logo, dentre os municípios que mais detém registros de óbitos femininos, o destaque fica a cargo de Fortaleza, seguida por Caucaia, Maracanaú, Sobral e Maranguape.

Diante disso, a capital cearense e as demais cidades que possuem grande porte detém alto nível de desigualdade social e apresenta grande teor de periculosidade, logo, exemplificam o fenômeno social da violência urbana, o qual é expresso em diversos tipos de agressão que provoca uma gama de lesões e óbitos de pessoas. A agudeza da violência urbana de Fortaleza é multicausal, também podendo ser explicada como resultado da adoção pela sociedade de deturpados valores morais, desigualdades sociais, problemas de desordem urbana e discriminadora divisão étnica das relações sociourbanas. (XAVIER, 2015).

Conforme a Pesquisa Nacional de Vitimização do Ministério da Justiça, mais de 60% da população de Fortaleza teme ser assaltada, 47% sente-se insegura ao andar nas ruas, e 83% afirmou ter notado aumento da criminalidade nos 12 meses anteriores à pesquisa. Dentre 346 grandes municípios brasileiros pesquisados, Fortaleza ficou com a 3ª colocação nacional nos três índices citados, e também como a 4ª cidade com maior número

de pessoas que sofreram ações violentas (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2013). Logo, o alto índice de homicídio de mulheres na capital é reflexo do cenário violento que já se faz concretizado na localidade.

Mediante isso, é notório que os números de homicídios femininos resultantes de ações violentas e letais são alarmante de modo geral. No entanto, os dados condizentes a caracterização do assassinato em face do gênero ainda não é reflexo da realidade, devido a subnotificação. Ademais, dentre os dados analisados é visível que a disparidade de gênero ainda se faz presente nas relações sociais de forma vívida, de tal forma que nos casos mais gravosos resultam na interrupção da vida, caracterizando o feminicídio.

Assim, se faz necessário a implantação de estratégias de combate a violência contra a mulher de modo geral, com ênfase na conscientização do público masculino, visto que na maioria das vezes são os autores dos crimes de gênero, como também investimento na segurança de forma geral, de tal modo que seja trabalhado a problemática de forma preventiva e consequentemente evitando a ocorrência do feminicídio.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, infere-se que analisar e quantificar tais dados de forma correlatas proporciona a tipificação dos assassinatos de mulheres e a caracterização do feminicídio no estado do Ceará. Logo, a identificação de tal perfil, ainda que não seja feita de forma qualitativa devido a falta de dados fornecidos, deve ser utilizada como base norteadora para monitoramento dos casos de feminicídios, além de contribuir com a delimitação no que se refere as localidades e períodos mais violentos, como também, do público alvo de possíveis intervenções com a finalidade de cessar e principalmente, prevenir a violência contra a mulher e consequentemente, o feminicídio.

Logo, é indiscutível que tal violência é algo que está enraizado na sociedade e é produto de uma formação cultural machista. Então, estudar tal estatística é indispensável para entender a problemática e proporcionar base científica para implementação de mecanismos no combate a violência doméstica, não apenas na seara legislativa, mas principalmente no campo prático, atuando preventivamente. Desse modo, a ação efetiva do Estado é indispensável para a quebra do paradigma discutido e do ciclo vicioso de impunidade que pendura na sociedade, devendo atuar com políticas públicas de caráter punitivo, preventivo, e educacional nas localidades mais vulneráveis a tal violência, de modo que tais medidas toram-se inadiáveis para cessar a ocorrência de tantos óbitos femininos.

REFERÊNCIAS

BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins; ANDREUCCI, Ana Claudia Pompeu Torezan. **Mulher, sociedade e direitos humanos**. São Paulo: Rideel, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kuhner. 11. ed. Rio de Janeiro. 2002. 160 p.

BRASIL. **LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006**. *Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher*. Diário oficial da união. Brasília. 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em : 05 de jun. 2018.

BRASIL. **LEI Nº 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015**. *Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos*. 2015. Diário Oficial da União, Atos do Poder Legislativo, Brasília. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm>. Acesso em: 07 de jun 2018.

CAMARA DOS DEPUTADOS. **Mapa de violência contra a mulher 2018**. 55º legislatura; 4º sessão legislativa. Brasília. 2018.

CAVALCANTE, Viviane Albuquerque Pereira; LELIS, Acácia Gardênia Santos. **Pornografia de vingança: uma análise sobre a violência de gênero através das mídias sociais**. Trabalho de conclusão de curso; Faculdade Pio Décimo. Aracaju. 2016. Disponível em <https://editorarealize.com.br/revistas/ebook_redor/trabalhos/gt04.pdf>. Acesso em: 26 de mai. 2020.

EVANGELISTA, Inara Silva. **Mulheres em situação de violência doméstica e familiar sob riscos de morte: reflexões sobre o processo de ruptura do ciclo de violência em Teresina-PI**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress. Anais Eletrônicos ISSN 2179-510X. Florianópolis. 2017. Disponível em <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499460941_ARQUIVO_ArtigoCompleto_lanaraEvangelista.pdf>. Acesso em: 29 de mai. 2020.

IPEA. **Mortalidade de mulheres por agressões no Brasil: perfil e estimativas corrigidas (2011-2013)**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília. 2016. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27250&Itemid=406#:~:text=A%20viol%C3%Aancia%20contra%20a%20mulher,forma%20mais%20extrema%20a%20morte.&text=No%20Brasil%2C%20no%20per%C3%ADodo%202011,%C3%B3bitos%20por%20100%20mil%20mulheres>. Acesso em : 20 de mai. 2020.

MINCANTO, Ramone; DORNELLES, Adalberto; SOARES, Lodonha. **Desigualdades de gênero: disparidade salarial e segregação ocupacional**. XII Encontro sobre os aspectos econômicos e sociais da região nordeste do RS. Caxias do Sul/RS. 2013. Disponível em < https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/TEC_09_XII_EAESRNE_Desigualdade_de_genero.pdf>. Acesso em 01 de jun. 2020.

Ministério da Justiça. **Pesquisa nacional de Vitimização**. Datafolha instituto de pesquisa. São Paulo. 2013. Disponível em: https://www.crisp.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/10/Sumario_SENASP_final.pdf.

Ministério da Saúde. **Comitê sobre a Eliminação de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW)**. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Quinquagésima-primeira sessão. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania; 2012.

PASSINATO, Wânia. **Femicídios e as mortes de mulheres no Brasil**. Dossiê: violência e outros olhares. Campinas. 2011. Disponível em < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000200008>. Acesso em : 23 de mai. 2020.

Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. **Indicadores criminais: Crimes violentos e letais e intencionais**. Fortaleza. 2018. Disponível em <<https://www.sspds.ce.gov.br/estatisticas-2018/>>. Acesso em set. de 2018.

SOARES, Bárbara. **Enfrentando a violência contra a Mulher**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Presidência da República: Brasília, 2005.

WASELFIZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012: homicídio de mulheres no Brasil**. Centro brasileiro de estudos latino-americanos.2012. Disponível em < https://www.mprj.mp.br/documents/20184/227960/Mapa_Violencia_2012_Mulheres_Instituto_Sangari.pdf >. Acesso em 22 de mai. 2020.

XAVIER, Laecio Noronha. **Fortaleza da desigualdade e violência: geopolítica do medo e anomia social como fator de produção da violência concentrada e da sensação de insegurança**. Oñati/Espanha. Conpedi Law Review. 2016. Disponível em <<https://www.indexlaw.org/index.php/conpedireview/article/viewFile/3598/3103>>. Acesso em : 20 de set. 2018.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescente 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 309

Agrobiodiversidade 268, 269, 270, 272, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281

Agronegócio 13, 271, 272, 273, 274, 275, 282, 283, 284, 293, 295, 296, 298, 299, 300, 301

C

Conceito 16, 17, 22, 23, 32, 33, 37, 40, 92, 95, 104, 105, 107, 108, 112, 113, 114, 123, 147, 174, 181, 205, 212, 239, 242, 243, 244, 245, 246, 256, 273, 274, 284, 291, 295, 330, 332, 339

Constituição 2, 3, 4, 12, 13, 15, 16, 18, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 34, 35, 36, 42, 46, 49, 60, 62, 63, 68, 70, 72, 76, 90, 99, 102, 103, 104, 112, 120, 123, 129, 133, 134, 136, 137, 142, 143, 150, 152, 173, 180, 181, 182, 190, 191, 192, 203, 210, 211, 213, 225, 238, 243, 244, 246, 250, 252, 254, 255, 256, 257, 259, 263, 273, 280, 283, 285, 301, 302, 303, 304, 307, 308, 309, 310, 311, 326, 328, 329, 330, 331, 332, 336, 337, 338, 341, 343

Corte interamericana 1, 2, 5, 13

Criança 20, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 158, 163, 189, 209, 210, 211, 309

Cultura de paz 86, 101, 235, 339, 340, 341, 345, 350

D

Direito 3, 4, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 77, 85, 86, 89, 90, 91, 92, 93, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 111, 114, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 142, 143, 144, 149, 150, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 192, 205, 206, 210, 224, 227, 229, 230, 235, 236, 237, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 259, 260, 261, 263, 266, 267, 268, 270, 272, 273, 276, 280, 281, 283, 284, 285, 286, 288, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 301, 302, 303, 304, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 349, 350, 351, 352

Direito à imagem 58, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 69, 70, 72

Direito ambiental 239, 242, 243, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 259, 266, 267, 273, 280

Direito migratório 102

Direitos humanos 1, 2, 4, 5, 13, 83, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 112, 113, 114, 123, 142, 144, 145, 153, 157, 165, 166, 167, 169, 180, 192, 198, 212, 217, 222, 225, 303, 304,

307, 308, 310, 324, 341, 352

Direito vivo 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338

E

Educação 83, 111, 112, 125, 129, 130, 131, 133, 134, 139, 145, 150, 151, 153, 156, 159, 160, 163, 198, 201, 204, 212, 233, 240, 241, 247, 249, 252, 253, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 314, 315, 319, 322, 339, 340, 341, 343, 352

Empoderamento 83, 143, 224, 226, 230, 231, 232, 235, 278, 339, 341, 343

Ensino jurídico 100, 312, 313, 314, 315, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323

Eugen Ehrlich 325, 326, 328, 336, 338

Ex-apenados 146, 147, 150, 154

F

Feminicídio 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 210, 213, 215, 217, 218, 219, 221, 222, 229, 235, 236

H

Humanismo 15, 16, 20, 21, 23, 27, 28, 156, 157, 158, 160, 161, 166

I

Idoso 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 309

J

Justiça restaurativa 73, 74, 75, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 160, 162, 163, 164, 224, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 343

M

Mediação 34, 77, 78, 79, 80, 86, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 290, 339, 340, 341, 342, 343, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351

Meio ambiente 160, 237, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 262, 263, 266, 272, 273, 274, 277, 280, 281, 308, 352

Mídia 178, 179, 182, 183, 184, 185, 187, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 200, 201, 252, 272, 278, 280

N

Natureza 4, 17, 20, 21, 34, 42, 43, 48, 65, 66, 68, 76, 80, 85, 105, 106, 107, 128, 131, 159, 182, 218, 219, 231, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 248, 250, 256, 257, 258, 260, 266, 270, 273, 274, 281, 288, 289, 294, 295, 299, 309, 333, 335, 343

O

Opressão 202, 203, 212, 309

P

Perspectiva Waratiana 312

Pessoas públicas 58, 62, 63, 65, 66, 69

Política criminal 156, 157, 158, 160, 163, 165, 173, 174, 177

Princípios constitucionais 30, 32, 39, 42, 45, 99, 113, 186, 190, 333, 348

Processo Judicial Eletrônico 135, 136, 138, 139, 141, 142, 143, 144

Programas policiais 178, 179, 186

R

Responsabilização ambiental 254, 255

S

Superlotação carcerária 168

T

Trabalho 1, 2, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 15, 32, 45, 49, 58, 64, 65, 70, 80, 81, 86, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 135, 136, 138, 139, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 163, 168, 170, 178, 181, 193, 197, 202, 203, 204, 205, 211, 212, 213, 214, 217, 222, 224, 233, 243, 255, 256, 270, 287, 297, 305, 307, 308, 309, 311, 312, 313, 315, 317

V

Violência 73, 75, 82, 83, 84, 85, 130, 133, 159, 160, 171, 175, 179, 182, 183, 187, 191, 192, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 210, 213, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 309, 340, 341, 346

Violência doméstica 73, 75, 83, 84, 85, 196, 197, 199, 217, 218, 219, 221, 222, 224, 226, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 236

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)





A Natureza e o Conceito do Direito 3

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2020

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

A Natureza e o Conceito do Direito 3

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2020